



Sindjus

Filado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XV - Nº 32 - Abril de 2006

Impresso
Especial

665/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///



sua ação para aprovar o PCS



gratidão é compromisso

Ao recebermos a confiança para mais uma gestão renovamos a responsabilidade que é representar uma comunidade de trabalhadores tão expressiva, crítica e participativa como é o Sindjus.

Nosso trabalho, legitimado pelas urnas, continuará a luta para avançar no que ainda há para conquistar e consolidar todas as etapas do tanto que já caminhamos até aqui.

Esperamos contar cada vez mais com a presença de vocês na vida do Sindicato para que possamos fortalecer os princípios que firmam nosso compromisso.

A gratidão por este momento reforça e amplia nossos compromissos.



SINDJUS-DF

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores

de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Clede de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Manguiera Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores

de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Projeto Gráfico

EXTREMA
3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

A sucessão presidencial pode atrapalhar os PCSs?

No mês de abril os principais jornais brasileiros atacaram com fúria o aumento do número de servidores públicos. A Folha de S.Paulo, por exemplo, anunciou que “Lula cria 37,5 mil cargos em três anos”. Numa tentativa de jogar a sociedade contra o funcionalismo, o jornal afirma que este “aumento da máquina pública significa despesa extra de R\$ 625 milhões por ano”.

Segundo o jornalista Alon Feuerwerker, em artigo publicado no *Correio Braziliense*, essa será a plataforma política a ser adotada nas eleições “O foco da plataforma de Geraldo Alckmin será a contenção dos gastos públicos..., começando pela contenção dos gastos correntes da União, que vêm crescendo no governo Lula a um ritmo maior do que já vinham na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Lula pegou as despesas em 21,8% do PIB (2002) e elas já batem em 23,1% (2005)”.

A valorização dos servidores públicos – como a que estamos defendendo por meio da aprovação dos nossos PCS, o fim do nefasto processo de terceirização e a retomada do aprimoramento dos serviços públicos oferecidos à população – deve ser marca de qualquer governo que se preze. Motivo pelo qual precisamos ficar de olho nas próximas eleições presidenciais. Não é justo que o servidor, tão massacrado, venha a ser utilizado como bode expiatório perante a opinião pública em detrimento de interesses eleitorais.

Mas a campanha contra os serviços e os servidores públicos não é invenção de Alckmin. Foi uma das marcas da devastação neoliberal no Brasil a partir dos anos 90. Collor de Mello procurou estigmatizar o funcionalismo, travestindo-se de “caçador de marajás”; já FHC cortou 127 mil servidores, sem contar os quase 100 mil demitidos nas estatais criminosamente privatizadas, eliminou o regime jurídico único, permitindo a contratação de servidores sem direito à estabilidade e à aposentadoria integral; extinguiu a isonomia salarial, destruindo o quadro de carreira e criando privilégios; elevou de dois para três anos o prazo para adquirir estabilidade; estimulou a demissão por “excesso de gastos” ou “insuficiência de desempenho”; adulterou o concurso público, permitindo contratações diferenciadas; introduziu o “contrato de gestão”, dando liberdade aos ministérios para fixar salários; fixou o chamado “teto de remuneração”; e desvinculou o reajuste dos servidores dos militares, ministros, parlamentares, governadores, prefeitos e presidente da República. O governo Lula frustrou as expectativas dos servidores quando adotou a mesma política fiscalista e privatista na reforma da Previdência e quando deixou de conceder a reposição da inflação como índice de reajuste geral. Medidas que seguiram à risca as imposições do FMI.

Todas essas medidas debilitaram os serviços públicos prestados à população. As demissões, por exemplo, atingiram principalmente áreas voltadas às políticas sociais. Do total dos cortes, 57% vitimaram os funcionários da saúde (56.112 demitidos); 11,8% os da educação (11.581 demitidos) e 9,7% os da Previdência Social (9.486 demitidos). Já a terceirização e os cargos comissionados de caráter precário sucatearam áreas sensíveis para os trabalhadores e a população mais carente. A perícia médica, que é essencial para o enquadramento dos direitos previdenciários, em 2005, analisou 1.933.706 requerimentos de benefícios –, teve boa parte dos seus funcionários terceirizados no governo FHC. Em 2004, a perícia médica do INSS tinha apenas 2.445 médicos concursados e outros 2.518 terceirizados.

Por todos esses motivos, o momento é de atenção para com o Congresso Nacional e alerta para todos os servidores. Precisamos evitar que neste momento, quando tramitam no Legislativo matérias tão importantes para a valorização das carreiras, políticos pouco preocupados com a sociedade brasileira tentem, mais uma vez, jogar a população contra os servidores. ■



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

A criminalização dos movimentos sociais

Pesquisa feita em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBC-Crim revela a ocorrência de uma escala desigual de medida na aplicação de normas jurídicas para a solução de conflitos agrários, indicando *forte prevalência de elementos político-ideológicos no julgamento de réus e confirmando uma tendência de criminalização de trabalhadores rurais pela Justiça brasileira* (sítio www.direitos.org.br, acesso em 10.02.06).

Eu próprio já havia discutido esse processo de seletividade e de falta de transparência da Justiça, em suas intervenções adjudicadoras nos conflitos judiciais instalados, pondo em relevo a sua limitação institucional para lidar com movimentos sociais e suas reivindicações, acabando por avaliar estratégias de desqualificação dos movimentos

sociais e conseqüentemente, levando à criminalização de suas ações (Revista Sindjus-DF, março de 2002).

Segundo Juvelino Strozake, um dos coordenadores da pesquisa do IBC-Crim, *"a heterogeneidade de posições, a busca pelo formalismo jurídico no tratamento penal e a valorização do direito à propriedade, parecem confirmar um simulacro de justiça, ou seja, a observância de requisitos formais para a determinação das prisões motivadas por conflitos agrários e, ao mesmo tempo, a utilização cotidiana dessas prisões como mecanismos de controle social"*.

Em seus estudos sobre acesso à Justiça e sobre as transformações da sociedade e da organização do Estado, Boaventura de Sousa Santos indica o tremendo obstáculo representado pela organização da justiça e a tramitação processual, quando estas são reduzidas à sua dimensão técnica socialmente neutra, deixando de investir-se de uma função social que valorize o modo como as opções técnicas no seu seio veiculam opções a favor ou contra interesses sociais divergentes ou mesmo antagonicos.

Neste quadro de tensões, não apenas sociais mas também teóricas, altera-se, diz Boaventura, o sistema comum de medidas que permitiria estabelecer correspondências entre valores antinômicos, entre, por exemplo, a liberdade e a igualdade, entre a acumulação e a distribuição,

entre a retribuição e a solidariedade, tornando-se difícil estabelecer critérios de justiça social. Diante das turbulências epistemológicas e práticas que afetam as escalas de medição, o resultado só pode ser a perda de referências por estranheza, desfamiliarização, surpresa, perplexidade e invisibilidade.

Assim, no âmbito de um mesmo tribunal, por razões estritamente técnicas, absolve-se o responsável por uma ação policial-militar de controle de presídio que resultou na morte de 111 internos do complexo penitenciário, enquanto por razões também técnicas, se mantém presa, até o limite de forte reação social, mulher idosa, de 79 anos, doente terminal, ex-boia-fria, que não consegue indulto nem relaxamento de prisão, acusada de tráfico de drogas (Folha de São Paulo, edições de 28, 29 e 30.11.05) e nega-se, reiteradamente, *habeas corpus* para uma empregada doméstica, de 18 anos, acusada de "roubo" de um pote de manteiga no valor de R\$ 3,20, compelida, diz seu advogado, pelo estado de miséria pela qual passa juntamente com sua família.

A pesquisa do IBC-Crim identifica, não obstante a sua constatação geral, um movimento da própria magistratura na direção de se posicionar, emancipatoriamente, para fora dessa contraposição dramática, tal como eu já mencionei em outra ocasião, entre o direito oficialmente instituído e formalmente vigente e a nor-

matividade emergente das relações sociais; entre a norma abstrata e fria das regras e a necessidade de aplicar uma normatividade concreta sensível às exigências de justiça social.

Em dissertação de mestrado que tive a oportunidade de orientar, na Faculdade de Direito da UnB – O Judiciário e os Conflitos Agrários no Brasil – Cloves dos Santos Araújo alude ao fenômeno da criminalização do MST para salientar, diz ele, a visão vesga sobre o direito e a função social e política do Poder Judiciário que leva nossos magistrados a premiar o latifúndio através da concessão de liminares e prisões de trabalhadores e suas lideranças, num distanciamento muito grande entre a justiça legal e a justiça social.

Mas o autor conserva alguma esperança ao identificar, nas manifestações da própria magistratura, exemplos que comprovam uma evolução da cultura jurídica que passa a se fazer mais atenta aos novos valores, destacando decisão do STJ (HC 27856, relator Ministro Paulo Medina), sensível a nova escala de medida para a interpretação de conflitos sociais, pois ele afirma, *"enquanto campear a incerteza de seus resultados (reforma agrária) e for incerta a atuação política, encontrar-se-á a revolta justa e a insatisfação crescente dos menos favorecidos no contexto econômico, social e político"*. ■

" Enquanto campear a incerteza de seus resultados (reforma agrária) e for incerta a atuação política, encontrar-se-á a revolta justa "

Vamos à greve pelo PCS do Judiciário

Categoria paralisa atividades, nos dias 26 e 27



PCS Já ou a Justiça vai Parar". O antigo slogan volta à tona, diante da necessidade urgente de pressionar pela aprovação dos dois PCSs do Judiciário e do MPU em caráter imediato. A categoria deve realizar paralisação, nos dias 26 e 27 deste mês, para garantir a aprovação dos projetos. A decisão, entretanto, será formalizada no dia 25, em assembléia geral. Já sabemos, pelo que foi observado durante tramitação dos PCSs anteriores,

que é preciso uma mobilização efetiva para convencer os parlamentares e o governo sobre a importância dos dois PLs.

"O Poder Judiciário já teve sua fase áurea. O servidor ficou depreciado em relação ao Legislativo. Se não fossem os planos passados, estaríamos à míngua e nosso futuro é incerto, já que o Judiciário não tem data-base. O PCS é o grande momento para nós", disse o técnico judiciário do TRT Cássio Henrique da Cunha Souza, para quem os dois planos só saem com bastante mobilização. "A própria Justiça se move muito pelo clamor público. Por isso, a categoria precisa demonstrar força e engajamento pelo PCS", ressaltou.

Esse sentimento, que vem se tornando cada vez mais forte, também se traduz pelo fato de já estarmos no mês de abril, quando se sabe que se os dois PLs não tiverem tramitação rápida na Câmara dos Deputados e no Senado, não serão aprovados até junho – o que inviabiliza sua implementação ainda este ano (uma vez que no segundo semestre, por conta do período eleitoral, o Congresso ficará

praticamente parado).

Importante até para os recém concursados

Os PCSs do Judiciário e do MPU são fundamentais para a valorização das carreiras e para a reposição das perdas salariais que os servidores tiveram ao longo dos últimos anos. E experiências vividas no passado nos deram provas de que os PCSs só serão aprovados se combinarmos a mobilização dos servidores com a negociação do sindicato com as autoridades federais e os parlamentares. Os servidores recém concursados, principalmente, avaliam a situação e refletem sobre isso, como é o caso da técnica judiciária do TRT, Érica de Oliveira Evangelista.

"Sou servidora há oito meses e estudei muito para ser aprovada no concurso porque sempre admirei o Judiciário por não ser, ao meu ver, tão sucateado. O PCS é uma maneira de se manter os servidores nos órgãos, de fazer com que sejamos valorizados e estimulados a crescer. Vim do Executivo e lá percebia que após um certo tempo, os servidores costumam parar nas suas carreiras. Aqui, sobretudo com o PCS, há

o estímulo para que as pessoas procurem cada vez mais se reciclar e se aperfeiçoar. Temos que manter isso”, destacou ela.

É preciso, portanto, fazer um movimento forte e expressivo, mostrando a disposição de todos em parar suas atividades pela reivindicação de um direito que nos cabe. Afinal, foi assim que aconteceu em 1996 (durante a aprovação do PCS do Judiciário), em 1999 (na aprovação do PCS do MPU) e em 2002 – durante a tramitação da revisão dos dois PCSs. Foram muitas lutas, passeatas e greves históricas. A situação não é diferente agora.

Força e mobilização

Não se lembram? Em 2002, a conquista do PCS também não foi tarefa fácil. Uma greve de 28 dias, considerada inédita até aquele período, mobilizou mais de dez mil servidores do Judiciário e do MPU. Veja aqui um pequeno histórico de como tudo aconteceu:

No dia 5 de abril daquele ano, uma assembléia geral aprovou calendário de paralisações proposto pela diretoria do Sindjus com o objetivo de garantir a aprovação dos PCSs do Judiciário e do MPU. Mais de mil servidores compareceram à assembléia, realizada na Praça dos Tribunais e como primeiro resultado, logo após o término da assembléia os coordenadores do sindicato foram recebidos pelo ministro Nelson Jobim – então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – que prometeu trabalhar pela agilidade da votação.

Em 10 de abril, foi realizada paralisação de 24 horas, que atingiu fortemente todos os tribunais e órgãos do Judiciário e do MPU. Na ocasião, o então presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG), se comprometeu de colocar em votação os dois projetos de PCS. A atitude de Aécio foi conseqüência dessa mobilização feita pela categoria, que

reuniu mais de cinco mil pessoas em uma histórica passeata, da Catedral de Brasília até a Câmara dos Deputados.

Mas isso não foi tudo. Ainda naquele ano a categoria realizou várias paralisações de duas horas em órgãos do Judiciário e do MPU, até que nos dias 16 e 17 de abril de 2002, foi feita uma greve de 48 horas, reunindo mais de dez mil servidores. Com a mobilização, a opinião pública passou a tomar conhecimento mais detalhado de que os salários do Judiciário e do MPU estavam incompatíveis em relação às responsabilidades de suas tarefas e defasados quanto às remunerações de outras carreiras do Legislativo e do Executivo.

Em 8 de maio de 2002, os servidores iniciaram a greve

por tempo indeterminado, diante da demora do governo para aprovação do projeto, com a alegação de que não havia dinheiro no orçamento. Durante a greve, começaram a surgir propostas de rebaixar os valores, tirar os aposentados e dividir o PCS em várias parcelas. Após 28 dias de paralisação, a categoria voltou ao trabalho, depois que foi negociado acordo entre o ministro Nelson Jobim e o presidente da república, na época FHC, para a aprovação dos dois projetos.

Mesmo assim, a categoria continuou se mantendo em estado de greve. Em 19 de junho, foram aprovados os requerimentos de urgência para votação dos dois projetos, quando os servidores suspenderam

a paralisação. E em 21 de junho, os PCSs foram aprovados em definitivo.

Situação atual do PL5845/05

O projeto do PCS do Judiciário tem como relator o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). Vieira disse que apóia a proposta e que dará parecer favorável ao PL, tão logo a matéria entra na pauta da comissão.

Na comissão de Finanças, o PL 5845/05 está sendo avaliado quanto ao seu impacto orçamentário e dentro das normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que requer todo o poder de negociação por parte do Sindjus e de mobilização da categoria. ■

Servidores do MPU também pressionam pelo PCS

Os trabalhadores que integram a carreira do MPU também estão prestes a vivenciar uma situação semelhante à dos servidores do Judiciário e podem parar suas atividades pela aprovação do seu PCS (o Projeto de Lei 6469/05, que tramita na Câmara dos Deputados), caso o PCS não seja aprovado imediatamente.

O Projeto de Lei 6.469/2005, em tramitação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), foi retirado da pauta a pedido do próprio relator do Projeto, Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN).

Para o Sindjus, Fenajufe, ASMPF, Sinasempu, Asmip e Asemp, a retirada de pauta foi necessária para aprovar um PCS que contemple pontos como a inclusão das emendas que tratam das FCs, que irão ajudar na moralização da distribuição de funções e no fortalecimento da carreira e do próprio Ministério Público da União. Isso porque a Administração do MPU tenta legalizar as nomeações irregulares para as Funções Comissionadas, o que desvaloriza o servidor de carreira do MPU. Ponto que encontra muita resistência por parte dos servidores do Ministério Público.

Um grande trabalho de convencimento tem sido desenvolvido junto aos parlamentares para demonstrar a justeza da nossa reivindicação. Os primeiros frutos desse trabalho estão sendo colhidos: alguns deputados membros da CTASP expressaram a intenção de apresentar destaques ao relatório do deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Diante da divergência dos membros da comissão em relação ao seu relatório, o deputado Henrique Eduardo Alves solicitou a retirada do PL 6469/2005 da pauta, prorrogando por mais uma semana a sua apreciação. O relator pretende negociar o texto.

A categoria deve continuar, agora, mais do que nunca, mobilizada e unida.



Roberto Policarpo

Coordenador geral do Sindjus DF e da Fenajufe

Implementação dos PCSs depende da luta de todos

O coordenador-geral do Sindjus DF, Roberto Policarpo, acredita que a mobilização de todos é fundamental para garantir a aprovação dos dois projetos de PCS em tramitação na Câmara dos Deputados (do Judiciário e do MPU) e considera esse período estratégico, para que a categoria reúna forças e mostre seu poder de convencimento junto aos parlamentares e demais autoridades governamentais.

Nesta entrevista, ele afirma que greves, passeatas, reuniões com autoridades ou visitas em massa de servidores ao Congresso consistem num processo natural, já que faz parte da história dos trabalhadores do Judiciário e do MPU lutarem para que consigam sair vitoriosos no atendimento dos seus anseios profissionais.

Revista do Sindjus: A categoria vai entrar em greve a partir do dia 26. O senhor acredita que a luta por estes dois PCSs está mais difícil que nos anos anteriores?

Roberto Policarpo: A luta pela implementação dos PCSs nunca foi fácil e sempre dependeu da mobilização da categoria. Temos experiências passadas que comprovam isso, pois foi assim em 2004, quando houve paralisação dos servidores para a conquista do reajuste da GAJ e podemos lembrar também da greve de 2002, que no Judiciário durou 28 dias e contou com a adesão de mais de 10 mil servidores. Já no MPU, a categoria teve que permanecer em greve até ser fechada uma proposta. Por último, temos o exemplo da greve realizada em dezembro passado, de poucos dias, mas que conseguiu fazer com que o Conselho Nacional de Justiça incluísse o projeto do PCS do Judiciário na sua pauta e o remetesse de volta para o Congresso. Ou seja: a mobilização já faz parte da nossa história de luta e não achamos que por conta disso o período é mais fácil ou mais difícil.

RS: Como estão as negociações com os parlamentares e com o Judiciário, dentro do trabalho de convencimento e apoio deles à

aprovação dos dois projetos?

RP: Um projeto como o PCS precisa de amplo acompanhamento por parte das entidades sindicais e dos próprios servidores e requer uma série de negociações que já vêm sendo realizadas por nós do Sindjujs desde o ano passado, para garantir sua aprovação, porque essas exigências burocráticas podem servir de interesses contrários aos servidores.

A negociação precisa ser constante. Sabemos que dinheiro existe. O que precisa ser negociado neste momento é a liberação dos recursos necessários para a implantação imediata dos PCSs, o que pode ser feito através de crédito suplementar.

RS: No caso do PCS do Judiciário, o relator, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), disse que é favorável ao projeto, mas que os servidores precisariam fazer o seu dever de casa, junto aos demais membros da Comissão de Finanças. Que dever de casa é esse e como ele está sendo feito?

RP: Geddel deu a deixa de que, apesar dele ser favorável ao PL, a aprovação não depende apenas dele e sim dos seus colegas, e está certo ao dizer isso. Nosso dever de casa é convencer a categoria a se reunir para comparecer em massa ao Congresso, assistir às reuniões das comis-

sões, procurar conversar e fazer uma espécie de corpo à corpo com os parlamentares.

RS: O Sindjus sempre argumentou que se não fossem os PCSs anteriores, o salário dos servidores estaria bastante defasado. Pode detalhar para nós as vantagens conseguidas com esses planos?

RP: O PCS é uma alternativa real de valorização dos salários. O governo não tem respeitado a data-base da categoria, então desde que foi implementado pela primeira vez, em 1996, o PCS repôs perdas e fez com que salários que hoje chegariam a pouco mais de R\$ 2 mil, como é o caso dos analistas em final de carreira, passassem a atingir cerca de R\$ 6,5 mil.

Recentemente foi feito um estudo comparativo dos salários de todos os servidores, ao longo do período que mostrou que, mesmo tendo sido parcelado, o PCS foi benéfico para todos. E em todos os sentidos, porque também foram criados benefícios de estímulo ao crescimento profissional e à valorização da carreira, ao reorganizar atribuições e estimular novos conhecimentos. O adicional por qualificação, que consta no atual projeto em tramitação na Câmara, por exemplo, é uma destas novidades que vêm sen-

do aumentada a cada edição dos PCSs (tanto o do Judiciário como também o do MPU).

RS: E como está sendo o comportamento do Judiciário em meio a tudo isso? Os presidentes dos tribunais, que se prontificaram de atuar como interlocutores junto ao Governo e ao Congresso estão agindo realmente assim ou estão empurrando os projetos com a barriga?

RP: Recentemente conversamos com a nova presidente do STF, ministra Ellen Gracie, que se colocou à disposição para manter entendimentos com o Ministério do Planejamento e com o Legislativo, em continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado pelo ministro Nelson Jobim, presidente que deixou o cargo em março passado. Os ministros Barros Monteiro, novo presidente do STJ, e Ronaldo Leal, presidente do TST, foram outros que se manifestaram favoráveis à aprovação e ficaram de atuar igualmente como interlocutores. Sem falar nos presidentes dos demais tribunais, com quem estamos envidando esforços e conversando sobre o PCS desde o ano passado. Fizemos os contatos, mas não dá mais para esperar. A categoria vai à greve para que estes compromissos sejam realmente cumpridos ■

Começa a Sindicalização 2006

Credibilidade garante os avanços e reforça as conquistas

Cinco servidores com grande destaque em seus locais de trabalho estão emprestando suas imagens para a Campanha pela Sindicalização 2006, lançada no dia 25 de abril, no mesmo dia em que os trabalhadores do Judiciário realizam assembleia para deflagração de um movimento paredista pela aprovação do PCS. Não por acaso, esse é o momento ideal para fortalecermos nossa entidade para as batalhas que teremos que enfrentar. Não restam dúvidas que só uma entidade forte, com o maior número de filiados, poderá pressionar deputados, magistrados, procuradores e a área econômica do governo.

No outdoor da campanha, os

servidores aparecem formando um time de futebol, já numa alusão à Copa do Mundo que se aproxima. Importantes pela atuação nas ações realizadas pela entidade ou pelo respeito conquistado perante os servidores, a imagem do time visa estimular pelo menos mil novas filiações este ano.

O grande time será ainda maior

A média de sindicalização é bem alta, cerca de 60% dos servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF são filiados ao Sindjus, a média nacional de sindicalização é de 31%, segundo dados da CUT. Entretanto, a Diretoria do sindicato considerou que diante da campanha pela aprovação dos PCS esse percentual deveria aumentar para aumentar também a nossa força na negociação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público. "Existe um grande contingente de servidores que podem ser conquistados para se filiarem e colaborar no desempenho dessa importante missão", afirmou Jailton Mangueira, diretor do Sindjus e um dos idealizadores da campanha.

Para Jailton a campanha desse ano utiliza a imagem de cinco servidores que contribuem sobremaneira para a construção de nossa entidade. "São pessoas que se dedicam, trabalham de maneira séria e que ainda encontram tempo para as tarefas diárias de representar e informar os colegas de trabalho", elogia Jailton. "Essa lista não é de cinco, mas

de pelos menos 70 delegados sindicais e de outros tantos militantes que fazem a diferença na hora de defender nossa entidade", ressalta.

Egídio José da Costa e Silva (TST), Charleston Reis Coutinho (TJDF), Amarildo Vieira de Oliveira (STF), Atahualpa Fonseca (TRT), José Alberto dos Santos Sampaio (STM) e Altevi Oliveira da Costa (TRT) são exemplos de outros servidores que também poderiam integrar a campanha por sua participação ativa nas ações do Sindjus e o respeito conquistado junto aos colegas.

Eleito delegado sindical em 2004, Cleber Segurado Pimentel Lotti, técnico de apoio especializado da Procuradoria Regional da República 1ª Região, do Ministério Público Federal, é um dos servidores que formam o time. Para ele, o Sindjus tem um perfil diferente dos outros sindicatos e trabalha da forma que uma entidade de classe deve agir. "O Sindjus sempre está presente nas questões em que deve atuar, não é subordinado aos interesses dos patrões, tem transparência e não dá espaço para brigas por cargos", comenta.

Sobre a campanha, Lotti acha que dar o exemplo de servidores que participam da entidade e mostrar os benefícios de suas ações são estímulos importantes para novas filiações. "Ver as pessoas do próprio órgão trabalhando pelo sindicato da classe dá mais confiança a outros servidores de participarem também", diz. "Muitos ainda

Faça parte deste time



não se filiam por medo de retaliações”, acredita.

Sônia Maria de Oliveira, analista judiciária na área de taquigrafia do Tribunal Regional Federal 1ª região, é outra que integra o time montado pelo Sindjus. Vencedora do prêmio Novas Idéias para a Justiça em 2005, com o projeto “Células Judiciais”, Sônia destaca outro diferencial que considera importante no sindicato: “O Sindjus preocupa-se com questões que fogem ao âmbito do sindicato e das relações de trabalho e que são importantes para a vida dos servidores e da sociedade de forma geral”.

Sua afirmação tem base numa experiência vivida recentemente. Vítima de uma situação de racismo fora do ambiente de trabalho, Sônia contou com auxílio do advogado do sindicato para registrar a ocorrência do fato na delegacia. “A presença dele naquele momento era fundamental para que o fato não perdesse a característica de injúria qualificada”, explica.

Para Sônia, a imagem dos servidores nas peças publicitárias da nova campanha de sindicalização deve incentivar mais pessoas a participarem da entidade. “É importante mostrar servidores que realmente fazem parte do Sindjus ao invés de modelos nesse tipo de ação porque isso gera maior identificação com as pessoas”, diz.

O convite para fazer parte do time foi aceito porque Sônia acredita que as ações do sindicato devam ser cada vez mais fortalecidas. “Toda categoria profissional precisa de um organismo que a represente para poder se manter”, afirma. “O sindicato é capaz de alcançar conquistas que, individualmente, nunca conseguiríamos”, completa. Entre as principais ações realizadas pelo Sindjus desde sua fundação, cita a aprovação do primeiro PCS e a criação do concurso Novas Idéias, no qual foi premiada.

Acomodação, medo de serem prejudicados ou desagradar

a chefia são os principais motivos daqueles que permanecem longe do sindicato, na opinião de Hélio Ferraz dos Santos, agente de segurança do Tribunal Regional do Trabalho. Envolvido em todas as manifestações realizadas pelo Sindjus, Santos participa da campanha porque acredita na participação da categoria profissional em ações coletivas para melhorar não apenas questões salariais, mas também no que diz respeito à qualidade de vida do servidor. “Existe um interesse permanente do Sindjus quanto à melhoria das condições de trabalho do servidor que passa por questões como o ambiente de trabalho e a atualização profissional”, diz.

A proximidade dos membros da direção da entidade com os servidores filiados é outro diferencial do Sindjus, segundo Wanda de Lourdes Moura Maciel, supervisora substituta do Serviço de Capacitação e Desenvolvimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). Filiada há 12 anos, desde quando ingressou no órgão, Wanda sente-se mais segura quanto às ações do sindicato por causa da proximidade que sente entre a entidade e os servidores no dia a dia. “Também acho que o Sindjus obtém resultados mais significativos que outras categorias fortemente organizadas, como bancários e professores”, afirma.

Wanda também faz parte do time escolhido pelo Sindjus para a campanha de 2006. Segundo ela, foi escolhida por ser muito conhecida no órgão, pois deu aulas de português no tribunal e fóruns durante muitos anos. O convite foi aceito com orgulho, pois acredita que ainda é possível alcançar ganhos e crescimento profissional por meio da união de esforços entre os trabalhadores de uma categoria. “O Sindjus nos representa, mas quem dá força a ele somos nós”, enfatiza. ■

PCS valoriza salário de servidores

Desde 1996, após aprovação do primeiro PCS, ações realizadas pelo Sindjus em busca de melhorias nas condições de trabalho dos servidores do Judiciário foram responsáveis por garantir aumentos maiores que todos os índices de variação salarial. Salários que hoje chegariam a pouco mais de R\$ 2.000,00 sem o PCS, como dos analistas em final de carreira, passaram a atingir cerca de R\$ 6.500,00.

A aprovação de dois PCS desde 1996 foi responsável por elevar em até seis vezes o salário de alguns profissionais. É o caso dos auxiliares em início de carreira, por exemplo. Há dez anos, o salário do cargo era de R\$ 261,93. Se o PCS não tivesse sido implementado e se fosse computado apenas o reajuste de 11,98% concedido à categoria, o salário desses profissionais estaria hoje em R\$ 333,68. Com a criação de dois PCS desde 1996, entretanto, o mesmo corresponde hoje a R\$ 1.506,21.

Fazendo a comparação com base nos valores nominais do salário mínimo, os técnicos em início de carreira que ganhavam 4,4 salários mínimos em 1996, estariam ganhando somente 1,9 salário mínimo, quatro vezes menos que os 8,2 salários mínimos recebidos hoje.

Estudos comparativos dos salários entre janeiro de 1995 e novembro de 2005 mostram que o PCS foi responsável por reposições maiores que todos os índices de variação salarial. O salário de um analista judiciário nível 15, por exemplo, que era R\$ 1.865,95 em 1996, passou a R\$ 6.571,95, o equivalente a um aumento de 252,34%. No mesmo período, a variação inflacionária foi de 166,39%, o que permite constatar que o aumento obtido com o PCS foi 32,27% maior do que teria sido com a simples reposição das perdas inflacionárias, segundo o Dieese. No caso de funções como a de técnico judiciário nível 2 e auxiliar judiciário nível 1, a reposição com o PCS chega a ser 79,19% e 115,87% maior, respectivamente.

Para a proposta dos novos PCSs, este ano, a expectativa é semelhante. Além de ganho salarial, uma inovação. Os novos PCSs, se aprovados, criam um incentivo para melhor aprimoramento profissional dos servidores, com adicional por capacitação.

É para conquistar a aprovação dos PCSs e ter êxito em outras ações que o Sindjus lança a Campanha de Sindicalização 2006, pois um sindicato é forte na medida em que conta com a participação dos servidores que representa. Quanto maior o número de pessoas envolvidas e participando, maior a chance de vitória.

Nossa união, nossa força

**Servidores filiados ao Sindjus
revelam a importância da participação**

Os motivos para ser filiado ao Sindjus são vários. Desde proteção para a defesa de direitos individuais ou coletivos, até busca por melhorias salariais e no ambiente de trabalho, quem já faz parte do sindicato sabe que a união de forças é importante para que a entidade seja representativa e alcance resultados positivos para a categoria.

Para saber o que leva cada um a efetivar sua filiação, o Sindjus perguntou aos servidores porque decidiram se filiar ao sindicato. A maioria disse confiar nos trabalhos da entidade e sentir-se mais protegido fazendo parte dela. Também lembraram que é importante que os servidores participem das ações e mobilizações realizadas para que o Sindjus continue tendo força em suas conquistas.

Terezinha Medeiros, técnica judiciária do Tribunal Regional Federal 1ª região

“Assim que tomei posse, fui convidada a me filiar. Fiquei interessada porque achei que teria mais segurança, pois o sindicato nos dá apoio, orientação, batalha por nossa melhoria profissional, está sempre na luta para que a gente cresça, se preocupa até com o bem estar no ambiente de trabalho. Me sinto protegida com o Sindjus. Já sou filiada há 15 anos e nunca me arrependi.”

Josias José dos Santos, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal 1ª região

“Sou filiado ao Sindjus porque ele é a representação de nossa classe, é a entidade que age em defesa do servidor e nos dá a satisfação de ver nossos direitos preservados. A figura do Sindjus nos dá a segurança de saber que teremos nossos direitos respeitados quando eles forem negados.”

Matuzalem Braga dos Santos, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal 1ª região

“Sou filiado ao Sindjus e participo ativamente de suas ações porque ele é a única maneira de conseguirmos melhores condições de trabalho, salário justo e até defesa pessoal em alguns casos. O Sindjus é a única voz de defesa que temos contra qualquer força contrária.”

Joaquina Alves de Abreu, técnica judiciária do Superior Tribunal Militar

“Me filiei ao Sindjus logo quando foi fundado. Gosto de participar dos movimentos e acho isso importante para o desenvolvimento de nossa carreira. É preciso nos mobilizar para conseguir algo, parados não conseguimos nada. Sem luta, não se chega a lugar nenhum. O Sindjus é a nossa proteção.”

João Vicente Alencar, técnico judiciário do Superior Tribunal Militar

“Faço parte do Sindjus porque ele representa a busca por melhorias da categoria. Gosto do Sindjus porque ele sempre pede nossa opinião sobre as questões, como o Congresso que foi realizado no Templo da Boa Vontade para discutir as metas de administração. O servidor teve a oportunidade de expressar sua vontade sobre como o sindicato deveria atuar. Para mim, isso é um diferencial do Sindjus.”

Jader Leite Júnior, técnico judiciário do Superior Tribunal Militar

“Sou filiado ao Sindjus porque quanto mais unidos estivermos melhor será para nossa categoria. Sem união não se chega a lugar nenhum. Quanto maior o número de filiados ao sindicato, maior é nossa força para alcançar nossos objetivos enquanto servidores.”

Serginho Costa Lima, técnico judiciário do Tribunal Superior Eleitoral

“Sempre acreditei no sindicalismo. Faço parte do Sindjus porque acredito que os trabalhadores de uma classe precisam estar organizados e ter uma entidade que os atenda e represente.”

Valéria Santana de Oliveira, técnica judiciária do Tribunal Superior Eleitoral

“Sou filiada porque é por meio do Sindjus que consigo defender meus direitos. Um sindicato deve sempre querer ver os direitos dos servidores respeitados e o Sindjus trabalha nessa linha. O Sindjus também busca melhorias nas condições de trabalho. Todo servidor deveria ser sindicalizado para ter mais força, porque sozinho ele é oprimido. Até o direito de fazer greve dele é questionado. Por meio do Sindjus, somos representados sem nos expor.”

Carlos Roberto Miranda, analista judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

“Acho que o sindicato é o caminho mais curto para a categoria conseguir seus direitos. Não só sou filiado como tento conscientizar todos sobre a importância de sermos sindicalizados. Se com o sindicato já é difícil, imagina sem ele? Muito pior.”

Rogério Wesley Macedo, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

“Sou filiado ao Sindjus porque pelo sindicato conseguimos ações e mobilizações que nos levam a obter ganhos em nossa carreira profissional. Ações por direitos trabalhistas, mobilizações para benefícios de PCS, melhores condições de trabalho e até ações para defesa individual são realizadas pelo Sindjus. Todo servidor deveria ser sindicalizado.”

David Leão Fernandes Bacelar, analista judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

“Participo do Sindjus porque reconheço várias qualidades em suas ações. Percebo que o trabalho do Sindjus dá muitos resultados positivos para nós servidores. Sou filiado desde que entrei no TJDF, há seis anos, e me engajo em todas as lutas do sindicato. É importante que todos participem para fortalecer o órgão que nos representa. Quanto maior o número de filiados, mais fortes seremos.”

a redescoberta do **brasil**

TT Catalão

Pela cultura popular um Brasil oculto sai das sombras. Cai a passiva platéia consumidora de arte. Sobem ao centro do palco ou vão para o meio da praça, pessoas e grupos dispostos a assumirem suas vidas e assim contarem suas histórias pela arte como ferramenta de cidadania, consciência e educação.

Ferréz, morador do Capão Redondo, extremo sul de São Paulo, no prefácio do livro "Literatura Marginal: Talentos da Escrita Periférica" foi direto: "Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto". Este é o tom atual de uma revolução corrente nas vielas e periferias onde a arte é a ponta de lança para a possibilidade de um novo país a partir de outras visões excluídas do mercado.

Cresce a troca de informações e o poder de se equipar pessoas e comunidades com tecnologia para multiplicar idéias. É um movimento forte, sem bandeira única ou liderança centralizada, capaz de se articular em rede sem perder o rumo e o prumo da realidade local com extensões ao nacional e ao universal.

Neste mês de abril, entre os dias 5 e 9, aconteceu a Teia no prédio da Bienal-SP, consagrado espaço da vanguarda artística. Com debates no Museu de Arte Contemporânea, Museu de Arte Moderna e Sesc-Vila Mariana a Teia foi a primeira mostra integrada de cultura popular e economia solidária. Milhares de pessoas circularam nos três pavimentos da Bienal, lotados, sob centenas de dramatizações, shows de música, produtos de cooperativas, seminários, oficinas e círculos de debates vindos de todo o território nacional. As atividades aconteceram em quatro palcos em formato de praça, estúdios livres de rádio e TV, acesso grátis aos computadores, cursos de remonta-

gem de micros e uso de software livre. O espaço Pretho Goez foi todo voltado para o hip-hop, oficinas de serigrafias e rádios comunitárias, palestras, danças e debates.

Essa Teia reuniu mais de 50 mil pessoas com aproximadamente 1200 protagonistas dos Pontos de Cultura e 1300 expositores das redes de economia solidária representando todos os estados brasileiros e quatro países latino-americanos. Foram servidas 6 mil refeições diárias, e 40 ônibus coordenaram o transporte local.

O encontro polarizou uma série de manifestações e se chamou Teia exatamente para estabelecer um novo grau de articulação entre grupos já cansados de serem tratados paternalmente como "excluídos ou carentes" ou sofrerem a discriminação dos guetos pelo processo de "invisibilidade social": estigmatizados pela "caricatura" grotesca do estereótipo da violência.

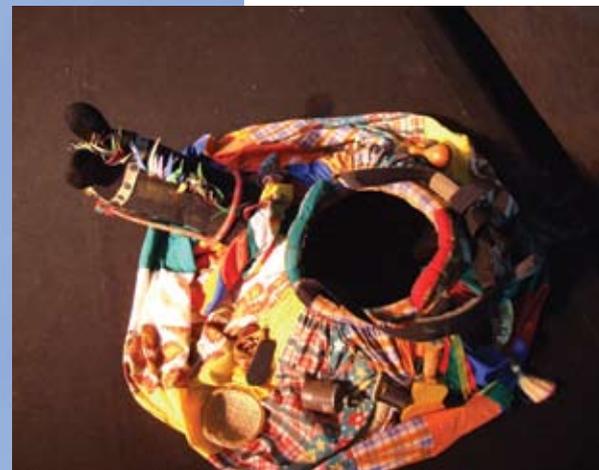
Este abril de 2006 mostrou as primeiras tramas dessa nova rede entre cultura e economia solidária (com redes da reforma agrária e estudantes se



apresentando no mesmo espaço cênico e ideológico). O interessante deste encontro é a novidade da convivência entre as diferenças. Grupos democraticamente divergentes em ideologia ou orientação partidária dialogam em nome da cidadania da arte e sabem, amadurecidos pelas adversidades, que as diferenças de forma na expressão não prejudicam a questão de fundo, no conteúdo: chega de ser pária na própria pátria.

Mesmo com as dificuldades de um primeiro encontro nacional o evento conseguiu passar a pluralidade do país em alta voltagem de energia e atitude. Desfilaram jazz, mantras em marionetes, maracatus rurais e de nação, blocos, mamulengos, cineclubistas, mostras de documentários, escolas de samba (Mangueira e Vila Maria presentes), grupos de intervenção teatral de rua (como Pombas Urbanas, Tá na Rua de Amir Haddad, Teatro do Oprimido do Boal), griôs (contadores de histórias do sertão da Bahia e favela da Maré-RJ), moçambique, boi de carnaval, reisado, tambor de crioula, orquestra de violinos, corais, arte dos quilombos, ciganos, canto de terreiros, banda de latas, rock, samba de coco (Beth de Oxum e Nação Xambá), samba de bumbo campineiro (o excelente Urucungos, Puítas e Quijengues), pagode, forró, catira, ciranda, jongo, congada, capoeira, caixeiras, repentistas, toré de quatro nações indígenas (com excelente apresentação dos Yawlapiti do Alto Xingu que “batizou” a oca de concreto do Niemeyer no Parque Ibirapuera), lançamento da Revista Raiz de cultura e inúmeras atrações circenses e de intervenção espontânea em cortejos pela feira. O encontro serviu como uma espécie de assembléia geral gigante para os quase 500 Pontos de Cultura do MinC que têm como característica o reconhecimento do Estado sobre manifestações autênticas fortes em suas regiões.

No mês de aniversário do “achamento” do Brasil, está em curso a redescoberta de algo diferente do país território: a alma brasileira em seu permanente processo de formação já se apresenta à revelia da cultura oficial e se instalam novos núcleos de produção e distribuição. Um movimento sem lideranças exclusivas, rico na diversidade e intenso na produção com lançamentos alternativos já expressivos para, digamos, uma audioteca e biblioteca subterrâneas desse Brasil oculto que insiste e teima para se impor. A sociedade civil cria seus mecanismos libertários e busca um grau de autonomia historicamente novo na vida pública da cultura brasileira. Procurem ficar atentos para estes novos Cds, espetáculos e idéias que começam a entrar na roda. Sementes de um Brasil realmente novo. Ao menos na expressão estética estaremos mais reconhecidos em nossa alma mestiça. Resistir é existir. Alerta que tem um Brasil sendo redescoberto. Todos estão convidados. Mário de Andrade deve ter dados voltas maravilhosas no cosmo ao ver sua cosmopolita paulistana bailar nos tambores, cantos, pajelanças, coreografias e dramatizações no espaço cult da Bienal. O dia em que o terreiro invadiu a casa-grande.



Fotos TT Catalão - Teia SP 2006



Capital dos contrastes

Cresce a desigualdade social que se esconde por trás do retrato da cidade com maior IDH e concentração de renda do país

BIANCA CHIAVICATTI

A casa parece abandonada. São três andares de uma construção inacabada. A escada estreita leva à moradia do brasiliense Marcelo de Oliveira Santana, 33 anos. Filho de uma baiana que mudou-se para Brasília na década de 70, em busca de melhores condições de vida, Marcelo não conhece outro estado do país. Mas, embora nascido e criado no Distrito Federal, não se sente parte da capital do alto índice de qualidade de vida anunciado em reportagens e estatísticas.

Morador da QSF 16 de Taguatinga, vai poucas vezes à Brasília dos cartões postais. “Quando sobra dinheiro, vou ao Plano Piloto para passear, é como se eu fosse um estranho na minha própria cidade”. O que o brasiliense sente é fruto de anos de exclusão e vulnerabilidade social. Entre os principais problemas, a falta de moradia.

No andar da casa onde mora, o espaço com dois quartos, sala e cozinha são divididos entre Marcelo, a esposa Luzimar e os três filhos pequenos, a mineira Claudinéia Guedes dos Santos e duas crianças. No andar de baixo, outra família. Viver assim, aglomerados na mesma habitação, é algo comum no DF, segundo Marcelo. “Antes de vir

para cá, dividíamos uma casa no Recanto das Emas com outras duas famílias”, conta. “E antes disso, morava no mesmo terreno que minha mãe, na Expansão do Setor O”, completa.

Sem reboco, portas e iluminação natural, o aluguel do espaço onde mora não é barato. Dos R\$ 400 que recebe como assistente de cozinha em uma pizzaria, Marcelo desembolsa R\$ 280 por mês para morar. O que sobra, mal dá para comer. “Minha sogra nos ajuda com uma cesta básica e assim vamos nos virando”, revela.

Embora preencha todos os requisitos exigidos para participar dos programas de assistência mantidos pelo governo local, como Renda Minha ou os projetos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), o brasiliense nunca foi beneficiado. “É mais fácil para quem vem de outro estado e invade alguma terra aqui ganhar lote do que para mim, que tento fazer tudo dentro da lei”, acredita. “Conheço várias pessoas que vieram da Bahia e já estão com seu lote”, afirma.

Concentração de renda

A realidade vivida por Marcelo parece distante do retrato que o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país cria no imaginário sobre Brasília. A

capital com a maior concentração de renda do Brasil é também a capital dos contrastes sociais. “Há uma segregação social no Distrito Federal que é criada pela própria estrutura da cidade”, afirma Vicente Faleiros, assistente social e sociólogo, professor de pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). “Por ser uma cidade planejada, o custo do solo urbano é caríssimo em Brasília, um dos mais caros metros quadrados de construção do Brasil, fazendo com que as populações de menor renda fiquem cada vez mais ilhadas na periferia”, completa.

Coordenadora do grupo de pesquisa de Violência e Explora-

“As cidades com os maiores IDH também são aquelas com avanço elevado na desigualdade social”, revela. “Isto nos mostra que ainda não há uma relação entre desenvolvimento humano e social e a ampliação da distribuição das riquezas no Brasil, o que acontece é uma imensa concentração de renda e um acesso muito desigual a essa riqueza, o que causa uma forte crise social de norte a sul. Em Brasília não é diferente”, conclui.

A relação entre IDH e redução da desigualdade social não pode ser confirmada porque o índice se utiliza de apenas três indicadores – saúde, renda e educação. Combinados entre

“O Distrito Federal possui todas as vulnerabilidades sociais de outras cidades, embora reúna todas as condições para mudar seu quadro social”

ção Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes, do Departamento de Serviço Social da UnB, Maria Lúcia Pinto Leal diz que na pesquisa realizada referente ao período de 1994 a 2005, a relação inversamente proporcional entre o IDH e a desigualdade social foi observada em todas as cidades do estudo.

si, o uso desses indicadores é importante porque permite comparações e classificação de municípios, estados e países, mas reduz todas as questões da desigualdade a uma média.

“O Distrito Federal possui todas as vulnerabilidades sociais de outras cidades, embora reúna todas as condições para mudar

seu quadro social”, acredita Maria Lúcia. Segundo ela, o planejamento urbano de Brasília, se aplicado a todas as cidades de sua periferia de forma igualitária, e os recursos dos quais a capital dispõe poderiam não apenas minimizar como até erradicar problemas sociais.

“Além de dispor de recursos do governo federal para cuidar das áreas de Saúde, Educação e Segurança, Brasília também possui patamares elevados de condições de água, luz e esgoto para a população”, observa Faleiros. “Também foi uma das primeiras cidades a desenvolver uma política de renda mínima, que não reduz a desigualdade mas reduz a indigência, e conta com vários programas de assistência social”, completa.

Programas sociais

Faleiros tem razão. O DF tem programas sociais inovadores, em diversas áreas, como o Escola Bate à Sua Porta, em que o governo identifica alunos que

estão treinando; Programa de Assistência Social e Moradia às Famílias de Baixa Renda, que beneficia moradores de baixa renda em locais de risco ou assentamentos irregulares com lotes urbanizados e infra-estrutura básica; Isenção de tarifas de água e esgoto para famílias de baixa renda e vários outros.

Os resultados dessas ações, entretanto, são insatisfatórios, segundo Maria Lúcia. “Os programas existem e têm crescido, temos políticas sociais, mas que não estão garantindo os direitos aos quais são direcionadas”, garante. “O acesso às políticas também é desigual”.

Levando-se em conta alguns índices recentes, a pesquisadora tem razão. Entre 1980 e 2000, segundo o estudo A Demografia da Violência no DF – Evolução e Características, realizado pelo Departamento de Sociologia da UnB, houve aumento de 187% nos assassinatos cometidos no DF, sendo 62% deles cometidos nas áreas

Educação é outra área que não pode servir de referência de qualidade, segundo Faleiros. Embora a maior parte das crianças e adolescentes esteja matriculada na rede de ensino – 97%, o índice de defasagem idade/série é alto. Na faixa dos 14 anos, é de 62%, o que mostra, segundo o sociólogo, que o ensino oferecido não está promovendo as crianças de acordo com sua idade.

O desemprego, outra questão delicada na capital federal, também chama atenção. Brasília possui uma das maiores proporções de pessoas que procuram emprego há mais de um ano do país. O desemprego de longa duração atinge 32,7% dos brasileiros em busca de uma vaga, segundo estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). São 74,5 mil pessoas nessa condição. A relação só é menor que a de Salvador e corresponde ao dobro da registrada há dez anos, mesmo

realizar todo tipo de serviço, desde limpeza até atendimento, mesmo tendo em sua carteira o registro como auxiliar de cozinha. “Sei que a minha vaga é esperada por uma fila imensa e antes desse serviço fiquei quatro anos desempregado”.

Inchaço do Entorno

Mas Brasília continua sendo o sonho de muitos para a sonhada ascensão social. Sem espaço disponível em seus arredores, o alvo de milhares de migrantes que aqui chegam todos os anos volta-se para as cidades do Entorno. Entre 2001 e 2006, a população de Santo Antônio do Descoberto passou de 35.509 para 74.867. Planaltina de Goiás, de 40.021 para 94.717.

O mesmo se repete em todas as 22 cidades da região, com destaque para o crescimento impressionante de Águas Lindas de Goiás, a cidade que mais cresceu no País segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há dez anos, tinha cinco mil moradores. Hoje, a prefeitura calcula 200 mil habitantes e faz uma estimativa preocupante: a população pode chegar a um milhão de pessoas em 25 anos.

Aos 46 anos, a capital do Brasil está bem mais próxima dos problemas enfrentados por Rio de Janeiro e São Paulo do que se imagina. Nas megalópoles atuais, infra-estrutura deficiente, desemprego, violência urbana, problemas ambientais, poluição visual e sonora são problemas sociais presentes no cotidiano da população. Em Brasília, problemas com a violência, a falta de infra-estrutura nos serviços básicos (esgotos a céu aberto, filas em hospitais, pedintes e crianças nas ruas) e as disparidades entre ricos e pobres já são realidade. São questões que merecem ser consideradas para que o caos urbano não chegue aqui. ■

não estejam matriculados na rede de ensino; Igualdade das Diferenças, em que se busca assegurar o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais em classes comuns; Bolsa Atleta, em que atletas federados em 16 modalidades diferentes podem receber de R\$ 141 a R\$ 1,5 mil para continu-

de menor renda *per capita*. Em 2000, último ano do período analisado pela pesquisa, a taxa de homicídios no DF era de 35,4 por 100 mil habitantes. Em 2002, o índice já estava em 45,2 por 100 mil habitantes, na faixa de 15 a 24 anos – superior à média nacional, de 44,4 por 100 mil habitantes.

com queda registrada em 2004.

“Brasília oferece pouco ou quase nenhuma chance para pessoas sem qualificação, analfabetas e sem escolaridade”, afirma Faleiros. Exemplos que comprovem isso não faltam. Marcelo é um deles. Trabalhando há oito meses numa pizzaria em Taguatinga, contenta-se em





Influência dos servidores públicos é forte na Capital

HYLDA CAVALCANTI

Criada dentro da concepção modernista que revolucionou o Brasil na Era JK, Brasília completa em abril 46 anos e continua carregada de peculiaridades. A cidade possui cerca de 30% da sua população formada pelas pessoas que residem aqui há menos de nove anos, transferidas de seus empregos em outros estados ou atraídas em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho, nos mais diversos segmentos. Mas a gama maior de trabalhadores continua sendo os servidores públicos, que embora hoje em menor quantidade, refletem variações na produção artística, no comércio e na economia brasiliense como um todo.

O Distrito Federal possui, no total, 2.096 milhões de habitantes. Destes, 148.874 são servidores do Executivo Federal, 168 mil, do Governo do DF, cerca de 60 mil trabalham no Congresso, Judiciário e MPU e outros

200 mil, aproximadamente, são funcionários militares da União e do Distrito Federal. Somados aos que estão aposentados, entidades diversas apontam um contingente de 600 a 700 mil pessoas no total. É quase a metade da população da cidade. Embora esse número tenha sido reduzido nos últimos dez anos, na opinião de vários sindicatos procurados pelo Sindjus, não há como negar o impacto dos que fazem o serviço público na vida e no trabalho observados na capital do país.

“Quando Brasília foi criada, a perspectiva era de que viesse a ter, hoje, 500 mil habitantes, que seriam em sua maior parte servidores públicos. Mas foram surgindo as cidades satélites, novos contornos foram aparecendo e hoje Brasília conta com essa população bem maior. Mesmo com o incremento da iniciativa privada, os servidores, com sua renda, refletem-se na cidade como um todo”, afirmou Cícero Rola, da base

do Sindicato dos Servidores e Empregados do DF, o Sindser.

Para o diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro DF), Antonio Lisboa, a participação do funcionalismo público na vida cultural, econômica e na mobilização das várias entidades da sociedade civil é vital para a cidade. “Sou cearense mas moro aqui desde pequeno e, para mim, Brasília não tem nada dessa imagem muito burocratizada que as pessoas imaginam em outros estados. O estilo de vida daqui é elogiado por muitos e os servidores públicos contribuem, fazendo sua parte”, enfatizou. Segundo ele, apesar do número de funcionários da União e do DF ter sido reduzido na última década, o perfil da cidade está longe de mudar.

Já Ricardo Jacome, secretário geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – Sindsep, acha natural que a cidade tenha mudado ao longo dos anos. “Se olharmos Brasília pelo seu sistema produtivo, vamos constatar que

a população economicamente ativa ainda é formada, em grande parte, pelos servidores públicos. O problema é que a relação da sociedade com estes servidores está desgastada devido às políticas públicas governamentais, que nos últimos anos mostraram-se ineficientes para atender às demandas”, destacou.

Roberto Policarpo, coordenador geral do Sindjus, é outro que acha que embora Brasília tenha tido um incremento de trabalhadores da iniciativa privada – influenciada pelo próprio governo, nos últimos vinte anos – ainda tem o funcionalismo como peso determinante.

Melhor tratamento

Mas será que os servidores, que compõem boa parte dos cidadãos da cidade, estão sendo bem tratados por aqui? De acordo com Cícero Rola, do Sindser, devido ao seu perfil, Brasília

deveria procurar tratar melhor esse grupo de trabalhadores em sua mudança de idade. “Temos percebido uma política que procura cada vez mais descaracterizar e desmoralizar o servidor público, com falta de incentivo às várias carreiras e à educação como um todo. Isso encarece a perspectiva do Estado quanto ao serviço público e mostra uma tentativa de fortalecimento da iniciativa privada, deixando os funcionários alijados e criticados pela sociedade”, reclamou.

Da mesma forma pensa o secretário geral do Sindsaúde, Jefferson de Souza Bulhosa Júnior. “Estamos hoje desprestigiados, pois, já que Brasília foi concebida dentro dessa ótica de trazer os órgãos públicos do Rio de Janeiro para cá e abrigar os servidores, deveríamos ter uma condição melhor em vários aspectos. Tudo bem que a cidade mudou, mas o funcionalismo deveria obter um melhor reconhecimento, até mesmo para melhoria da qualidade dos serviços oferecidos”.

Cidade tem muitos nordestinos e bom equilíbrio entre homens e mulheres

De acordo com os dados da última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios realizada pelo GDF (em 2004), do total da população urbana, 51,9% é formada por mulheres e 48,1% por homens. Além disso, 24,6% da população de Brasília têm até 14 anos, enquanto 68% do total têm idade entre 15 e 59 anos. A faixa de pessoas com idade a partir de 60 anos representa 7,4% do total.

Já do total de domicílios por pessoa, a constatação é de que cerca de 3,7 moradores da cidade moram em cada domicí-

lio, na área onde a renda média domiciliar é de até nove salários mínimos e a renda *per capita*, 2,4 salários mínimos.

Também é significativa a participação dos nordestinos entre a população. Conforme a pesquisa, somente 48% dos moradores são naturais do DF e 26,7% são provenientes do Nordeste brasileiro, enquanto 13,7% vêm do Sudeste do País. Em seguida neste percentual estão os que chegam da Região Centro-Oeste (6,5% dos moradores), seguidos pelos das regiões Norte (2,1%), Sul (1,4%) e vindos de outros países (0,3% da população). Uma curiosidade: os nascidos no entorno do Distrito Federal representam apenas 1,3% dos moradores.

Candangos e brasilienses são, hoje, uma única tribo

Brasília sempre foi e será eterno palco dos candangos, que vieram para ajudar a construí-la. Se não são os que chegaram para participar das obras no tempo de JK e hoje relembram suas histórias com saudades, são os que vieram depois, com vontade de iniciar uma nova vida com perspectivas de uma carreira promissora, como contou Antonio Clemente Porciúncula dos Santos, aposentado da NovaCap.

“Vim para cá em 68, com a mulher e duas filhas pequenas. Tudo era diferente, a gente sentia muito frio à noite e a poeira estragava a saúde das crianças. Mas trabalhei, criei as filhas, a mulher arrumou emprego e as coisas foram caminhando tão bem que resolvi trazer minha mãe e duas irmãs de Sergipe. Elas casaram e fomos criando raízes. Depois vieram os netos e hoje praticamente toda a família se considera brasiliense. Vou ao Nordeste para visitar a cidade onde morei, não para

ver minha terra. Para mim, minha terra mesmo é essa”, afirmou o servidor aposentado.

Emprego e desemprego

Como toda cidade, Brasília enfrenta situações cíclicas, refletidas nas variações de emprego e desemprego dos moradores ao longo dos anos. Consequência das políticas de incentivo a demissões promovidas pelos governos a partir da década de 90 e de retomada do aumento de funções em carreiras públicas, com a realização de novos concursos a partir dos últimos cinco anos. Além de fases de incremento e retração das empresas da iniciativa privada.

Para se ter uma idéia, em 2000 a capital tinha admitido 168.172 pessoas no mercado formal (tanto o serviço público como o privado), conforme aponta o Boletim sobre Mercado de Trabalho, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em conjunto com o Ministério do Trabalho.

Em 2001, esse número subiu para 185.868 e em 2002, desceu novamente para 164.092, enquanto em estados como Mato Grosso e São Paulo, por exemplo, apresentam uma queda contínua. Em tempo: em 2005, foram contratadas 195.838 pessoas na cidade, no total.

Também em relação aos desligamentos dos empregos, o número chegou a 170.482 no ano passado, um dos piores índices dos últimos seis anos, só menor do que o registrado em 2001, quando fo-

ram demitidas na cidade, 174.299 pessoas, segundo o Ipea (uma variação, em 2005, de 25,3% em relação ao ano de 2004).

No Executivo, Ministério dos Transportes é o que tem mais servidores

No serviço público federal, dos 148.874 servidores existentes hoje, 52.718 são da ativa, 42.586 aposentados e 53.770 pensionistas. É o que afirma o último boletim estatístico de pessoal do Ministério do Planejamento. O ministério que tem o maior número de servidores lotados em Brasília é o de Transportes (com 36.698 servidores), seguido do Ministério da Justiça (10.623 servidores), da Educação (9.957 servidores), Saúde (9.559), Planejamento (8.179) e Fazenda (7.342).

Brasília até já tem muita gente fazendo concurso e muita gente chegando para trabalhar, aprovada em concurso prestado a partir do seu estado. Mas apesar do incremento do ingresso de pessoas com menos de 30 anos na administração pública, nos últimos anos, a média de idade entre os servidores continua sendo a da maturidade: os homens, em média, têm 45 anos e as servidoras mulheres, 43. Maturidade que parece proposital. Que combina com os 46 anos do aniversário da cidade: a maturidade de Brasília. ■

“Estamos, hoje, desprestigiados, pois Brasília foi concebida dentro dessa ótica de trazer os órgãos públicos do Rio de Janeiro.”



Nova diretoria e conselho fiscal

Sindjus realiza eleições em clima de organização, lisura, transparência e participação dos associados

As eleições do Sindjus para escolha da nova diretoria e do conselho fiscal da entidade para o próximo triênio, realizadas no início do mês (nos dias 4, 5 e 6 de abril), destacaram-se como uma prova de cidadania e de representatividade para a categoria, já que foram realizadas dentro de espírito de organização e lisura, com a fiscalização, por parte dos servidores do Judiciário e do MPU, de todo o processo eleitoral.

Também foi representativa a participação dos associados, já que 5.298 servidores, filiados ao sindicato, compareceram às urnas de forma tranqüila. Com 5.053 votos, foi eleita a chapa 1 (única), intitulada “Experiência e Luta”. A chapa é formada por integrantes da atual diretoria e também por novos membros (veja box ao lado com o nome de cada um) e explicou que seu objetivo principal é, exatamente, reforçar as atividades que já vinham sendo realizadas e ampliar o trabalho de defesa dos direitos e anseios dos servidores.

“Uma parte da equipe é composta por diretores que estiveram

na linha de frente das conquistas da categoria nos últimos anos. A outra parte tem novas caras, com boas idéias e disposição para luta. É claro que se mexe em time que está ganhando, desde que seja para reforçar a defesa ou o ataque”, enfatiza documento elaborado pelo grupo.

Na prática, o objetivo do trabalho ao qual se propõem os integrantes da chapa 1 é dar continuidade às ações que já vêm sendo realizadas – e que tornaram o Sindjus um dos sindicatos mais fortes e respeitados do Distrito Federal – e ao mesmo tempo assumir novos compromissos junto aos servidores do Judiciário e do MPU.

Eliane Alves, diretora reeleita, entende que “a valiosa parceria dos servidores dos servidores do Judiciário e do Ministério Público tem tornado possível debater questões importantes para a categoria e para a sociedade, sem esquecer das questões específicas do servidor”. O trabalho dedicado em defesa dos interesses da categoria e o cuidado com as pequenas e não menos importantes questões individu-

ais é um compromisso comum aos integrantes da chapa.

Sheila Tinoco, também reeleita, tem em si a história de uma mulher de luta, e afirma, sem receio, ter “um amor enorme” pelo Sindjus. “Dar continuidade aos projetos a favor da categoria e da sociedade, a desenvolver novas idéias e a promover novas conquistas”, são motivadores para a continuidade do trabalho de Sheila pela categoria.

Ana Paula Cusinato, reeleita coordenadora-geral, destacou que a chapa representa a continuidade renovada do trabalho que tem sido realizado e que levou o Sindjus, nos últimos seis anos, a dar um salto de qualidade nas suas atividades e no cuidado observado em relação a cada filiado.

Continuidade dos trabalhos, com modernização e renovação

Os compromissos assumidos pela nova diretoria ampliam a atuação do sindicato e fortalecem a proximidade entre asso-

ciados e o dia-a-dia do Sindjus.

Um compromisso de extrema importância assumido pela nova diretoria reforça a continuidade do trabalho da atual gestão, reconhecido pela categoria, que é aprovar os PCS do judiciário e do Ministério Público. Paralelo a esse compromisso, lutar pelo estabelecimento de uma política salarial que recomponha, anualmente, as perdas e mantenha o poder aquisitivo das remunerações.

Também são compromisso trabalhar para que os órgãos do Judiciário e do Ministério Público possibilitem o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores de forma integral, ampliar a luta contra o nepotismo, consolidar a incorporação dos quintos, o estágio probatório de dois anos e combater o processo de terceirização. Outro compromisso é fazer campanhas pela redução da jornada de trabalho para que mais órgãos do Judiciário e do Ministério Público ofereçam maiores possibilidades para o desenvolvimento profissional dos servidores, novos postos de trabalho e ampliem os serviços prestados à população. Pretende-se também garantir o

predomínio de vivências de bem-estar e, dessa forma, preservar a integridade física, psicológica e social dos servidores, além da instituição de uma política de saúde, segurança e meio ambiente nos locais de trabalho. Buscará ainda garantir a implementação de creches em todos os órgãos do Judiciário e Ministério Público.

A nova diretoria pretende também promover novos eventos culturais, o festival de música da categoria, a maratona dos servidores do Poder Judiciário e do MPU e criar oficinas de arte.

Servidores expressaram entusiasmo com o pleito

O processo eleitoral do Sindjus contou com um quórum de 56,75% do total de eleitores (que é de 9.336 servidores associados). Ressalte-se deste total cerca de 1000 filiados moram em outros estados. Foram registrados 5.053 votos na chapa 1 e, ainda, 210 votos brancos e 53 nulos.

Mas o mais importante em todo o processo foi o fato das eleições terem chamado a atenção dos servidores, que enalteceram a importância do Sindjus e a necessidade de o Judiciário e o MPU terem um sindicato forte, capaz de lutar pela categoria nas suas principais reivindicações trabalhistas.

Durante os três dias de votação, o clima foi de entusiasmo com a perspectiva de participação democrática e de confirmação da representatividade do Sindjus.

“Precisamos muito dessa força e o sindicato só ficará mais forte a partir do apoio de todos nós. Os servidores do Judiciário e do Ministério Público, assim como o funcionalismo

público de um modo geral, têm sido tão massacrados nos últimos tempos, com vários tipos de escândalos, que precisamos ter um sindicato capaz de representar verdadeiramente toda a categoria”, afirmou Leonardo Motta, técnico judiciário do TJDF.

De acordo com a técnica judiciária Eliane Dantas, do mesmo tribunal, com a eleição os trabalhadores do Judiciário e do MPU exerceram, por meio do voto, sua cidadania. “Estamos dando legitimidade ao nosso sindicato e, ao mesmo tempo, fortalecendo a democracia. A partir do momento em que somos filiados, é preciso participar das eleições”, enfatizou.

Também foi enaltecida entre as pessoas que procuraram as urnas, a importância de todos comparecerem às sessões de votação, conforme deixou claro o técnico do TST, Elias França. “O Sindjus aglutina as vontades da categoria, não apenas em relação às questões salariais, mas também no tocante à melhoria de condições das carreiras e de meio ambiente nos locais de trabalho. É importante, portanto, a colaboração de todos neste momento”, disse.

Os servidores ressaltaram, ainda, a importância da própria categoria lutar pelos seus direitos, conforme afirmou a técnica da PRR, Ana Luiza Sakayo. “Se nós mesmos não correremos atrás, batalhando por questões que nos dizem respeito, não as conseguiremos. Somente com a mobilização é que obtivemos algumas conquistas nos últimos anos e, hoje, a situação não está diferente. Por isso que precisamos votar”, enfatizou a técnica.

A posse da nova diretoria e do conselho fiscal do sindicato está programada para se realizar no dia 25 de maio. ■

Veja aqui os integrantes da Chapa 1 – Experiência e Luta - que foram eleitos:

A chapa da nova diretoria colegiada é formada pelos seguintes nomes:

NOME	ÓRGÃO	CARGO NO SINDJUS
Roberto Policarpo Fagundes	TRT	Coord.-geral
Ana Paula Cusinato	MP DFT	Coord.-geral
Wilson Araújo	TRE	Coord.-geral
Berilo Leão	STJ	Coord. de Administração e Finanças
Cledo Vieira	TRT	Coord. de Administração e Finanças
Jailton Assis	TJ DF	Coord. de Administração e Finanças
Sheila Tinoco	TJ DF	Coord. de Comunicação, Cultura, Esporte e Lazer
Valdir Ferreira	MPF	Coord. de Comunicação, Cultura, Esporte e Lazer
Orlando Costa	TSE	Coord. de Comunicação, Cultura, Esporte e Lazer
José Oliveira Silva	TJ DF	Coord. de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
Elisa Santos	STF	Coord. de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
Newton Brum	TST	Coord. de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
Carlos Alberto Araújo	TJ DF	Coord. de Formação e Relações Sindicais
Eliane Alves	TRF	Coord. de Formação e Relações Sindicais
Raimundo Nonato da Silva	STM	Coord. de Formação e Relações Sindicais

Quem são os suplentes:

NOME	ÓRGÃO
Fátima Maria de Araújo Arantes	TJ DF
Ricardo Gomes de Oliveira	PRR
Terezinha de Lizieux Rodrigues da Silva	TST
Cleide Chagas de Macedo	Justiça Federal
Antonio Alcides de Assis Carvalho	STJ

Os eleitos para o Conselho Fiscal:

Emmanuele do Nascimento Rolim	(2.995 votos)
Carmelita Pereira Cardoso	(2.624 votos)
Abdias Trajano Neto	(2.051 votos)
Adalgisa Cecília Feques	(2.024 votos)
Matuzalém Santos	(1.762 votos)
Murilo Maia Herz	(1.617 votos)

*Faça parte
deste time*



*Campanha
de filiação*

www.sindjusdf.org.br